

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E CENTROS DE FORMAÇÃO NO BRASIL

Maria Carolina Rosa O. Barbosa – UFSCar – mcarolinab@ufscar.br

Alba Valeria Baensi – UFSCar - abaensi@ufscar.br

Maria Helena de Aguiar Bravo - UFSCar - maria.bravo@ufscar.br

Introdução

O objeto desta pesquisa em andamento está relacionado às Políticas de Formação Continuada para profissionais da educação básica. O objetivo é identificar, por meio dos sites das Secretarias Estaduais de Educação, quais estados federativos possuem Centros de Formação responsáveis por organizar e executar a formação continuada de professores. Além disso, busca evidenciar a importância desses Centros para a educação brasileira, proporcionando espaços que possibilitem reflexões sobre teorias e práticas que fortaleçam a qualidade do ensino.

De acordo com a legislação brasileira, a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). No artigo 5º, a resolução estabelece que a responsabilidade pela Formação Continuada de Professores da Educação Básica cabe aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, especialmente, pela BNCC. A oferta da formação fica, portanto, a cargo dos entes federados.

A formação continuada é um elemento fundamental no contexto educacional, e estudos realizados nas últimas décadas indicam que, embora sua implementação seja imprescindível para promover uma reflexão crítica sobre a prática educativa, seus resultados têm se mostrado limitados. De acordo com Araújo, Araújo e Silva (2015), as mudanças operadas pela formação continuada foram pouco significativas, evidenciando a necessidade de uma reavaliação desse processo. Além disso, pesquisas de Lima (2012), Araújo (2013) e Lima (2013) demonstram que as Secretarias de Educação frequentemente se baseiam em referencial teórico caracterizado por uma racionalidade técnica, que se insere em uma concepção liberal-conservadora.

Nesse contexto, este resumo expandido, apresenta resultados iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento sobre Centros de Formação das Secretarias Estaduais de Educação, em especial no que tange à formação docente.

Números da Formação Docente na Educação Básica

Os dados do Censo Escolar de 2023, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), também evidenciam desafios na formação de docentes da educação básica.

Os dados indicam que 10% dos professores de redes públicas brasileiras ainda não têm ensino superior completo, ou não têm formação específica em pedagogia ou licenciatura (13%), o que compromete a qualidade do ensino. Além disso, mais da metade dos professores das redes estaduais têm contratos temporários, situação que fragiliza a carreira docente, impactando nas condições de trabalho e vínculos com a escola, além de impor limites à formação continuada. Esses fatores evidenciam a necessidade de investimentos na qualificação e valorização docente.

Uma das metas destacadas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2025 diz respeito à pós-graduação e à formação continuada dos docentes da educação básica. A Meta 16 busca formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores de educação básica até o último ano de vigência do Plano (2025) e garantir a todos os profissionais da educação básica a formação continuada em sua área de atuação.

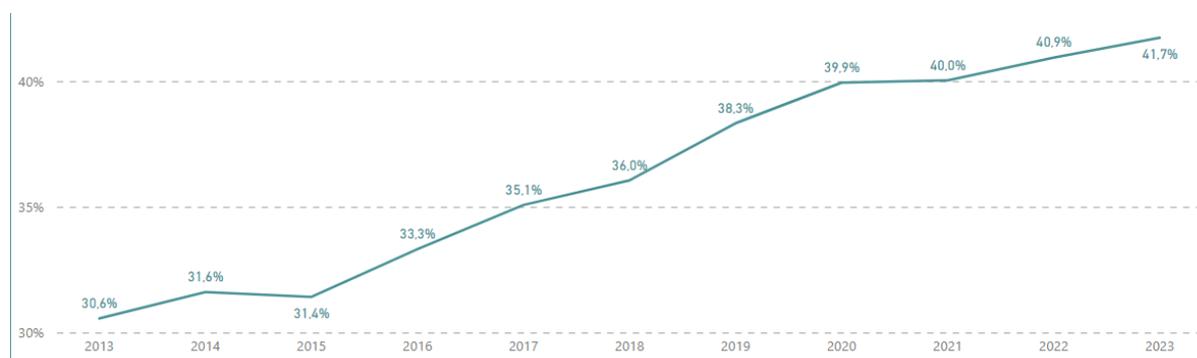
Dados do Censo Escolar indicam 18% de variação positiva no percentual de professores com pós-graduação no período de 2013-2023, chegando a menos de 2% da Meta 16 do PNE e, para os professores com formação continuada, apresenta 11,2% de variação positiva, indicando melhora, mas ainda a 8,3% da meta estabelecida (atingimento de 50% dos professores em ambas as situações de formação), conforme Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Percentual de docentes com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu - Brasil – 2013-2023.



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2023).

Gráfico 2 - Percentual de docentes com formação continuada - Brasil – 2013-2023.



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2023).

Breve Panorama dos Centros de Formação

Reconhecendo a relevância da formação continuada para a qualidade da educação, realizou-se um levantamento nos sites das Secretarias Estaduais de Educação do Brasil para identificar órgãos específicos de formação, suas normativas e ações formativas.

A busca pelos ‘Centros de Formação’ nos sites ocorreu devido ao fato de que esses órgãos ou autarquias estão, em grande parte, associados às Secretarias de Educação. Seu público-alvo são os profissionais da educação, configurando-se como instituições especializadas, com a principal função de promover a formação continuada e o desenvolvimento profissional dentro do sistema educacional.

Com base no levantamento realizado, foram identificados Centros de Formação em oito estados, sendo um do nordeste (Ceará), três do centro-oeste (Distrito Federal, Goiás e Mato

Grosso), três do sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo) e um no norte (Roraima). Não foram identificados Centros de Formação na região sul do país.

Também foram identificados órgãos responsáveis por realizar formações com profissionais da educação em dez estados da federação, mas que não necessariamente se configuram como Centro de Formação. Cinco deles são do nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe), dois são da região norte (Amapá e Tocantins), dois da região sul (Paraná e Rio Grande do Sul) e um na região sudeste (Rio de Janeiro). Não foram identificados órgãos responsáveis pela formação de profissionais da educação em nove estados da federação, sendo quatro na região norte (Acre, Amazonas, Pará e Rondônia), três na região nordeste (Maranhão, Paraíba e Piauí), um no centro-oeste (Mato Grosso do Sul) e um na região sul (Santa Catarina).

É importante destacar que a existência de um Centro de Formação, por si só, não garante a efetividade e a qualidade da formação dos educadores. Um dos principais desafios na implementação da formação continuada é assegurar que as legislações e iniciativas governamentais estejam alinhadas às demandas reais dos professores e das escolas, além de garantir que os profissionais estejam motivados a participar ativamente dos processos.

De acordo com Tardif (2002), o saber docente é construído na experiência e nas interações do cotidiano escolar, tornando essencial a adoção de modelos formativos que dialoguem com essa vivência. No entanto, muitas formações são elaboradas sem a participação dos próprios educadores, o que pode comprometer sua efetividade. Além disso, a falta de investimento adequado e a ausência de mecanismos eficazes para avaliar os resultados dessas formações dificultam a implementação de mudanças significativas nas práticas pedagógicas.

Algumas Considerações

Os dados iniciais desta pesquisa indicam que, apesar do considerável avanço nos números de formação inicial, pós-graduação e formação continuada ao longo dos anos, ainda não se atingiu a totalidade das metas estipuladas. Além disso, observa-se grande variabilidade nas formas de organização e institucionalização das formações continuadas das redes, o que também pode perpetuar os desafios na qualidade da formação ofertada.

Por ora, o estudo traça um breve panorama e busca contribuir para que, como defende Nóvoa (1995), a formação docente esteja articulada ao contexto dos profissionais em exercício, evitando modelos distantes da realidade educacional.

Referências

ARAÚJO, F. R. dos S. **Formação continuada da rede municipal de ensino do Jaboatão dos Guararapes: caminhos e descaminhos de uma prática docente humanizadora.** 2013. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

ARAÚJO, C. M.; ARAÚJO, E. M.; SILVA, R. D. Para pensar sobre a formação continuada de professores é imprescindível uma teoria crítica de formação humana. **Caderno CEDES**, v. 35, n. 95, Abr. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 103-106, 29 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras exceções.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

LIMA, E. F. et al. Análise crítica dos trabalhos apresentados no GT 8 no período 1999-2003. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26., 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambú: ANPED, 2003.

LIMA, R. da C. **A formação continuada nas representações sociais de seus formadores.** 2012. Dissertação. (Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

LIMA, D. R. de. **Contributos da formação continuada no processo de reconfiguração da profissionalidade docente: desenvolvimento da prática reflexiva em questão.** 2013. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

NÓVOA, António (Org.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.